

3.31. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E APOIO À POPULAÇÃO MIGRANTE

3.31.1. Introdução

A implantação da UHE Estreito precedeu uma gama de estudos de viabilidade técnica, financeira, ambiental e institucional traduzidos, por sua vez, em programas de mitigação e compensação das possíveis perdas. No entanto, nem sempre essa maneira positiva de tratar o empreendimento e suas interferências, assegura uma viabilização sem problemas ou conflitos, visto que, em cada uma das ações pertinentes à implantação do empreendimento, estão presentes diferentes grupos sociais e institucionais, com causas e interesses diversificados, podendo dificultar as negociações futuras.

Nesse sentido, é preciso buscar mecanismos facilitadores da condução do processo de interação e negociação social entre empreendedor e os diversos atores sociais, consubstanciados na comunicação social. A comunicação social entendida enquanto um processo sistemático e permanente de informações de temas de interesse diversos no qual a população possa formar suas opiniões e tomar partidos frente às situações que está vivenciando.

Diante de um projeto dessa dimensão e a sua interferência no espaço que o cerca, identifica-se à importância fundamental da comunicação social de forma a minimizar os efeitos de sua implantação junto às comunidades afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento. Mas para que ela surta os efeitos desejados, isto é, a promoção da integração entre comunidade-empreendimento, o processo deve estar pautado na participação, na transparência e na informação.

A presença do empreendedor na região, a partir de abril de 2003, com a implantação do Centro de Atendimento e Informação do CESTE, na cidade de Carolina/MA, além de um serviço de atendimento por ligações telefônicas gratuitas (Serviço 0800) e, posteriormente, em abril de 2004, a implantação de um Centro de Atendimento e Informação na cidade de Babaçulândia/TO, e a implementação de um Programa de Comunicação Social, viabilizaram a divulgação e a discussão, junto aos diversos segmentos da população da área, de temas relacionados às políticas de mitigação e compensação social e outras políticas ambientais e de desenvolvimento regional e local sugeridas pelos Estudos de Impacto Ambiental.

Permitiu, ainda, a obtenção de um maior conhecimento das comunidades locais, seu modo de vida, suas particularidades, seus temores e anseios frente ao empreendimento. E, também, favoreceu um maior conhecimento das diversas entidades públicas e privadas que atuam na região, seus interesses e seus representantes junto aos diferentes segmentos sociais.

Assim, o programa ora proposto deverá levar em conta essa base já existente dando continuidade, reforçando e aprimorando ações determinadas e sempre apoiadas nos pilares da participação, da transparência e da informação, buscando resultados satisfatórios no estabelecimento das relações entre comunidade e empreendedor. Evidente que a interação e negociação social entre empreendedor e população evoluirão ao longo do ciclo de planejamento e construção, assumindo facetas específicas em cada uma das fases requerendo, assim, insumos particulares em termos de comunicação e informação.

3.31.2. Justificativa

Constitui direito da sociedade ter acesso às informações acerca do empreendimento e suas interferências, e a comunicação social é o instrumento básico para o exercício da informação traduzido num sistema permanente de esclarecimentos referente, entre outros, ao projeto, aos prazos e andamento das obras, seus impactos no quadro de vida físico-biótico e socioeconômico, assim, como sobre as condutas que serão adotadas pelo empreendedor no processo de negociação.

3.31.3. Objetivos e Público-Alvo

Reforçar o relacionamento entre empreendedor e os diversos segmentos sociais envolvidos na implantação da UHE Estreito, visando maior integração e facilitação nas negociações, e revelando para a comunidade interessada a responsabilidade socioambiental do empreendedor.

Garantir amplo e antecipado acesso ao conjunto das informações sobre o empreendimento, tais como dos cronogramas de implantação de cada programa ambiental e dos resultados, áreas restritas, interferências necessárias durante as obras, bem como, o caráter temporário de alguns impactos positivos e negativos.

Orientar a população migrante no sentido de uma melhor inserção desse segmento no contexto da implantação do empreendimento.

Dar transparência ao processo de negociação.

Incorporar no programa os anseios da população afetada, envolvendo-a nas soluções propostas.

Aproximar o empreendimento das comunidades atingidas, usando instrumentos de comunicação social como reuniões, folhetos, palestras, grupos de discussão, entre outros, para informar e esclarecer a população.

Criar vínculos com as comunidades de interesse por intermédio de contatos pessoais e constantes.

Público-Alvo

A população das áreas de influência direta e indireta do empreendimento, bem como a população migrante, constituem o público-alvo deste programa. Ênfase será dada à comunicação com as comunidades diretamente afetadas, entidades civis, poderes públicos municipais competentes etc., nas mais diversas instâncias.

3.31.4. Metas

As ações de comunicação social deverão atingir todas as comunidades rurais e urbanas afetadas diretamente pelo empreendimento, bem como, a população migrante, a partir da fase de planejamento, passando pela de implantação e operação, e estendendo-se por um período de pelo menos um ano após o enchimento do reservatório. Os meios estratégicos deverão ser aqueles que mais atendam e esclareçam os diversos públicos-alvos.

As ações de comunicação social deverão responder a todos os questionamentos e às solicitações de informações vindas da comunidade em geral.

A comunicação social deverá atender às solicitações de reuniões necessárias ao esclarecimento dos diversos públicos.

A comunicação social deverá apoiar a implementação de diversos programas ambientais na região.

As ações de comunicação social deverão contribuir para mitigar os impactos ambientais e sociais na região.

As ações de comunicação social deverão contribuir para tornar parcelas representativas das comunidades afetadas pela UHE Estreito, parceiras e apoiadoras do projeto.

As ações de comunicação social deverão abranger o segmento dos migrantes no sentido de orientar sobre a disponibilidade de emprego na obra e na região, bem como alternativas de capacitação profissional e disponibilizar ainda orientação quanto ao alcance dos serviços sociais – saúde, habitação, educação e segurança.

3.31.5. Procedimentos Metodológicos

O Programa de Comunicação Social deverá vigorar durante todo o ciclo de planejamento-construção-operação do empreendimento estendendo-se por mais um ano após o enchimento com o intuito de monitorar os possíveis problemas que poderão advir pós-implantação do mesmo.

A implementação do Programa se estrutura em um conjunto de atividades e ações as quais deverão estar sendo avaliadas continuamente e ajustadas no decorrer do processo. Inicialmente tem-se a mobilização da equipe, a constituição dos Centros de Atendimento (Estreito, Carolina, Babaçulândia) e sua manutenção. A seguir, de forma até mesmo simultânea, a constituição da estratégia geral das ações de comunicação social, bem como os meios de veiculação e a linguagem a ser adotada para interagir com os diversos públicos deverá estar estruturada num plano de ação para a comunicação social, selecionando os temas de interesse, demarcando o público-alvo e definindo a estratégia de comunicação e correspondentes instrumentais operativos.

O Programa de Comunicação Social deverá, periodicamente, passar por uma avaliação onde os resultados serão medidos com o intuito de promover ajustes e novos rumos ao plano.

Essa avaliação deverá ocorrer a cada 6 meses, ou quando surgir ou observada alguma situação conflituosa no sentido do entendimento das questões abordadas. Essa avaliação poderá ser por meio de reuniões com pequenos grupos, de acordo com a especificidade de cada grupo social, e através de sondagem exploratória junto às comunidades e lideranças. A opinião dos grupos sobre o programa de comunicação será capturada, sempre que possível, através de instrumentos formais (questionários, fichas, etc), de forma a permitir homogeneidade de critérios de avaliação.

O resultado das avaliações será materializado na forma de um “plano de satisfação social” indicando o grau de satisfação das comunidades, instituições e lideranças com o Programa, os principais problemas encontrados na implantação das ações, desvios em relação às diretrizes indicadas no plano de ação e novas situações/problemas identificados ao longo dos trabalhos.

Na fase de operação do empreendimento, por um período de um ano, o Programa de Comunicação Social terá continuidade, em especial, estando as ações voltadas para monitoramento e avanço dos programas ambientais.

3.31.6. Descrição do Programa e Atividades Previstas

O desenho do Programa de Comunicação Social consiste em diversas atividades desenvolvidas ao longo das diferentes fases do empreendimento:

Fases	Atividades	Finalidades
I	Mobilização das equipes : 3 núcleos	Lotadas nos Centros de Atendimento de Estreito, Babaçulândia e Carolina, tendo como função o atendimento sistemático do público, planejamento e execução das ações do plano.
I	Instalação dos Centros de Atendimento de Estreito, Carolina e Babaçulândia	Local de atendimento à população para informar, divulgar, esclarecer dúvidas e receber queixas e sugestões.
I	Instalação de telefone gratuito nos Centros de Atendimento	Facilitar o contato com a população, especialmente, aquelas comunidades mais distantes.
I/O	Criação do Núcleo de Atendimento ao Migrante	Esse núcleo tem a função de receber, orientar os migrantes quanto a vagas ofertadas na obra e região, capacitação de mão-de-obra, ofertas de moradia e hospedagem e infra-estrutura de atendimento nas áreas sociais (saúde, educação e segurança). Deverá, ainda, buscar parcerias com instituições públicas e privadas (prefeituras, secretarias estaduais, Senai, Senac, ONGs, etc.) no sentido de viabilizar esse atendimento.
I/O	Caixas de Sugestões	Deverão ser colocadas várias caixas em locais estratégicos e de fácil acesso para a população visando a coleta de sugestões, dúvidas e queixas visando alimentar e redirecionar as informações.
I/O	Plano de Ação	Elaborar o plano de ação com intuito de estabelecer um processo sistemático e permanente de atividades, abordando os diferentes temas de interesse no qual os vários segmentos sociais possam formar suas opiniões.

Fases	Atividades	Finalidades
I/O	Monitoramento e Avaliação das Ações	Periodicamente (6 meses) deverá ser realizada uma avaliação do alcance das ações implantadas juntos aos vários públicos no sentido de dar novos rumos às mesmas, caso necessário.
I/O	Interação com os Programas Ambientais	Acompanhar a implantação dos programas ambientais esclarecendo-os à população.
I/O	Instalação de “Quiosques” ou “Postos de Informação” temporários	A instalação dos postos avançados com intuito de aproximar dos moradores mais distantes e esclarecer sobre as dúvidas.
I/O	Programas em rádios locais	Criar o “Momento Ceste” veiculando notícias sobre o empreendimento.
I/O	Boletim Informativo ou Jornal	Criar um boletim ou jornal informativo, bimestral, enfocando notícias sobre o empreendimento, os programas e também notícias da região.
I/O	Criação de um WEB SITE para o empreendimento	Divulgar o empreendimento na internet; os estudos sobre fauna, flora, entre outros.
I/O	Campanhas Educativas	Campanhas e oficinas culturais em escolas, eventos e festejos integrantes do calendário dos municípios e mesmo aproveitando-se datas comemorativas (dia da árvore, meio ambiente,etc) em conjunto com as prefeituras locais, secretarias municipais de educação e saúde, entidades civis e comunidade.
I/O	Seleção e produção de material de divulgação	Matérias para divulgação junto ao público: folhetos, boletins, cartilhas, folder, vídeos e brindes.
I	Reuniões de apresentação e discussão	Realizar reuniões junto à comunidade em geral apresentando o plano de trabalho da comunicação social.
I	Maquete Física do Empreendimento	Disponibilizar para visitaçã o a todas as sedes municipais da área de influência direta do empreendimento

Fases do empreendimento: Implantação (I) Operação (O)

3.31.6.1. Conteúdo da Informação

O quadro a seguir apresenta o conteúdo das informações conforme os diferentes públicos-alvos. Cabe ressaltar que tal conteúdo deverá se adequar às novas situações surgidas durante a instalação e operação do empreendimento buscando sempre uma melhoria para alcançar os resultados esperados, informar e esclarecer a população.

Conteúdo	Público-Alvo
<p>Importância do empreendimento no contexto regional e nacional.</p> <p>Apresentação do projeto.</p> <p>Cronograma de Obras</p> <p>Impactos e programas ambientais e cronograma de implantação.</p>	<p>Opinião Pública</p> <p>Mídia local e regional</p> <p>Universidades do Maranhão e Tocantins</p> <p>Poder Público local (prefeitos)</p> <p>Entidades Cíveis</p>
<p>Receitas e Impostos a serem gerados pela implantação da UHE Estreito</p>	<p>Poder Público (Prefeitos, secretários municipais, vereadores)</p> <p>Comunidade em geral</p> <p>Entidades civis</p>
<p>Empregos diretos e indiretos gerados com a implantação da UHE Estreito</p>	<p>Comunidade em geral</p> <p>Entidades civis</p>
<p>Política de mitigação e compensação social das famílias urbanas diretamente atingidas pelo empreendimento</p>	<p>População atingida de Carolina; Filadélfia; Babaçulândia; Barra do Ouro.</p> <p>AABE: Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito.</p> <p>Associação Comunitária dos Chacareiros de Barra do Ouro.</p> <p>Associação Comunitária do Bairro Areia, em Babaçulândia.</p> <p>Associação de Moradores do Bairro Brejinho/Carolina</p>
<p>Política de mitigação e compensação social das famílias rurais diretamente atingidas pelo empreendimento.</p>	<p>Comunidade rural atingida.</p> <p>AABE- Assoc.dos Atingidos pela Barragem de Estreito.</p> <p>Associação das Quebradeiras de Coco de Babaçulândia.</p> <p>Associação dos Moradores de Goiatins.</p> <p>Associação dos Moradores dos Projetos de Assentamento(Nova Vitória; Remanso; Amigos da Terra; Santa Luzia; Cajueiro; Tabuleiro; Turrão);</p> <p>Associação dos Pequenos Agricultores do Vale do Castelo (Carolina)</p> <p>Associação dos Pequenos e Médios Produtores rurais da Ilha de São José/Babaçulândia.</p> <p>Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Itapiratins</p> <p>Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (Aguiarnópolis, Barra do Ouro, Carolina,</p>

Conteúdo	Público-Alvo
	Darcinópolis, Estreito, Filadélfia, Goiatins, Palmeirante, Itapiratins, Palmeiras do Tocantins. Associação Votocati/CTI (Centro de Trabalho Indigenista, Carolina).
Sobrecarga nos serviços sociais básicos: saúde, educação, segurança pública, habitação.	Comunidade em geral Poderes públicos municipais competentes, especialmente, de Estreito, Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins.
Saúde da população: doenças sociais e endêmicas	Comunidade em geral Poderes públicos municipais de saúde e educação.
Conteúdo e Implantação dos Programas Ambientais	Comunidade em geral Entidades civis Poder Público Universidades Escolas
Sistemas de Produção do Meio Rural	População atingida pelo empreendimento Associação dos Chacareiros de Barra do Ouro Associação dos Moradores dos Projetos de Assentamentos Associação das Quebradeiras de Coco de Babaçulândia Associação dos Ceramistas de Babaçulândia Associação dos Oleiros de Palmatuba/Babaçulândia Assoc. dos Pequenos e Médios Produtores do Vale do Castelo; da Ilha de São José, etc.) Associação Vocati/CTI :Centro de Trabalho Indigenista de Carolina.
Pesca: normas legais para a pesca; alternativas para pesca e novos pescados.	Comunidade em geral Colônia de Pescadores Z-35/Estreito Colônia de Pescadores Z-8/Palmeiras do Tocantins.
Meio ambiente/ecologia: fauna; flora; recursos hídricos, entre outros	Comunidade em geral Comunidade escolar Entidades civis
Oferta de vagas e moradias; atendimento disponível na área da saúde, educação e cursos profissionalizantes	Comunidade migrante

3.31.7. Produtos e Resultados Esperados

Os produtos deste programa encontram-se descritos nas atividades do item 3.31.6 deste programa.

Espera-se cumprir as metas aqui estabelecidas, no sentido de fazer com que as ações de comunicação social alcancem o maior número de comunidades dos municípios atingidos pelo empreendimento, proporcionando uma maior integração do empreendimento com a população da região de sua implantação.

3.31.8. Indicadores Ambientais

Grau de satisfação do público-alvo, em especial, as famílias atingidas, sobre a qualidade, forma e transparência das informações veiculadas.

Alcance das informações junto aos diversos segmentos sociais considerando as diferentes estratégias de divulgação.

Percentual de questionamentos respondidos de forma adequada e satisfatória.

3.31.9. Atendimento a Requisitos Legais

Não existem requisitos legais diretamente associados a esse programa.

3.31.10. Inter-Relação com outros programas

O programa de Comunicação Social por seu caráter de suporte ao empreendimento, articula-se com o conjunto das ações e atividades dos demais Programas Ambientais.

3.31.11. Responsáveis pela Execução do Programa e Parceiros Institucionais Potenciais

Esse programa será de responsabilidade do empreendedor, que poderá contratar instituição ou empresa especializada ou estabelecer convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas para sua implementação.

3.31.12. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

Este Programa de Comunicação Social e Apoio à População Migrante deverá ser desenvolvido conjuntamente com o Programa de Educação Ambiental, considerando os mesmos recursos humanos, materiais e financeiros.

Coordenador Geral (1)
Supervisor de Atendimento (3)
Jornalista (1)
Designer Gráfico (1)
Eventos e relações públicas (1)
Sociólogo/pedagogo (3)
Estagiário (3)
Auxiliar Técnico (3)

Atendente (3)
Secretária (3)

Recursos Materiais

Os recursos materiais deverão atender conjuntamente os programas de educação ambiental e de comunicação social.

Veículos 4x4 4 (comuns aos dois programas)

Material de divulgação

Recursos Financeiros

A estimativa preliminar dos custos para execução deste programa é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). O cronograma de desembolso financeiro previsto é apresentado no capítulo 4 deste PBA.

3.31.13. Responsável pela Elaboração do Programa

CNEC Engenharia

Socióloga Maria Aparecida de Carvalho

RP 162

IBAMA 236324

3.31.14. Bibliografia

CNEC Engenharia, 2004, Estudos Complementares ao *EIA-RIMA da UHE Estreito*, São Paulo.

CNEC Engenharia S. A., 2002, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Estreito. São Paulo.

CNEC ENGENHARIA, Programa de Comunicação Social para UHE Estreito – fase de viabilidade, 2000.

CNEC ENGENHARIA, Programa de Comunicação Social para a UHE Estreito, 2003/2005.

GIACOMINI, M., Programa de Comunicação Social Serra da Facão, abril, 2000.

Programa de Comunicação Social – Projeto de Ampliação da Capacidade Rodoviária das Ligações com os Países do Mercosul – BR-101 Florianópolis (SC) – Osório (RS) – PBA – 2001.

3.31.15. Cronograma Físico

A seguir é apresentado o cronograma físico das atividades a ser obedecido nos trabalhos.